

Mídia ativista e ação política na internet: A experiência do Centro de Mídia Independente

Kelly Prudêncio

Marcelo Batalha

Resumo: O surgimento do Centro de Mídia Independente, em 1999, representa um momento importante no ativismo político. Concebido como espaço para uma comunicação mais democrática, o CMI ou Indymedia coloca-se como adversário de um jornalismo padrão, o qual é acusado de fazer parte do projeto de globalização neoliberal, ao qual se opõem os chamados movimentos por justiça global (ou antiglobalistas, anticapitalistas e altermundistas). Oferece cobertura dos protestos, combina uma linguagem militante com a estrutura formal do jornalismo, resultando disso uma prática aqui chamada de "jornativismo". O artigo procura evidenciar como essa linguagem é construída estrategicamente, primeiro para agendar os temas dos ativistas na esfera pública, via mídia padrão, e segundo para firmar-se como interlocutores válidos no debate político sobre a globalização. Afirmamos que a comunicação do Indymedia não provoca apenas um ato ilocutório - produz o fato ao dizê-lo - mas também produz um ato perlocutório - os enunciados provocam transformações na realidade. Uma manifestação de sem-teto, em Goiânia, mostra como a ação do Indymedia participou da orientação e desfecho de uma desocupação.

Palavras-chave: ativismo político, mídia, indymedia.

A DUPLA RELAÇÃO ENTRE MÍDIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A relação entre a mídia e os movimentos sociais tem sido explorada pela pesquisa a partir de dois pontos. Um primeiro que analisa a presença dos movimentos sociais na mídia – o que logram pautar, os aspectos negligenciados, as posições em disputa. E um segundo que analisa a chamada mídia “alternativa” dos movimentos sociais – geralmente como opositora da convencional.

Em relação à primeira abordagem, Gamson (1985, 1990) realizou uma importante pesquisa. Segundo ele, desde a década de 1950 virtualmente todos os aspectos da ação de grupos ativistas¹ são afetados pela presença real ou virtual na mídia. Essa presença afeta também a maneira pela qual as autoridades respondem à pressão. Isso muda o escopo do conflito, ampliando o papel do público na política. “Challengers are engaged in battles over meaning” (Gamson, 1990, p. 147). Isto é, as imagens, frases e metáforas utilizadas pela mídia para definir o conflito e o desafiante são centrais para determinar seu destino.

¹ Gamson define esses coletivos *Challengers groups* ou apenas *challengers* como aquelas organizações dos movimentos sociais. Aqui serão traduzidos como Grupos ativistas.

Para o autor, entender a relação entre mídia e movimentos sociais passa pela questão de como os temas são enquadrados (*frame alignment*) pela mídia e como os movimentos sociais os re-enquadram (*re-frame*). O objetivo dos grupos ativistas é ampliar a composição dos seus quadros, o que permite conseguir mais recursos e apoios. Sem a mídia, é praticamente impossível atingir outras pessoas além daquelas diretamente envolvidas pela ação do grupo. Dessa forma, a mídia se constitui como um espaço estratégico para articular demandas autênticas dos membros dos grupos e fortalece a organização.

A visibilidade confere existência social e legitima os grupos ativistas como atores importantes do conflito “mediatizado”, recursos imprescindíveis numa disputa política, na qual é preciso identificar não só o grupo adversário, mas os limites dos próprios quadros de ativistas, bem como o público a ser atingido.

Para ter sucesso em tal ação de *framing*², os ativistas precisam conhecer os métodos de seus adversários. Essa necessidade é frisada por Charlotte Ryan (1991), cujo livro é uma espécie de manual sofisticado para ativistas. Ela apresenta modelos teóricos de análise da mídia para defender um uso mais estratégico. Para ela, as ações de *frame* são uma questão de poder (sobre a interpretação da realidade).

Framing é mais que interpretar; é criar e atribuir significado pela hierarquia de importância a fatos da realidade em disputa. É dar forma. É estabelecer mecanismos de ênfase que induzem a notar alguns elementos e ignorar outros. O *frame* noticioso, por exemplo, é implícito e apresenta o mundo “empacotado”, cujos atributos são tidos como naturais. Essa naturalidade só é questionada quando um *opposite frame* lhe é confrontado.

As estruturas interpretativas, portanto, só são evidenciadas em disputas, nas quais a batalha é para fazer prevalecer um *frame* sobre outro. Escolher uma estratégia de disputa é implicitamente escolher também um público que, para os membros das organizações de movimentos sociais, pode ser a própria organização (para fortalecer os laços de solidariedade), apoiadores, público geral e a própria mídia. O desafio é subverter o *frame* da mídia através dos seus

² O termo *frame* é geralmente traduzido como enquadramento, mas pode significar também enfoque, versão. Aqui será mantida sua grafia na língua inglesa para preservar seu significado original. O conceito foi desenvolvido por Erving Goffman (1974).

próprios “ganchos”, ou seja, utilizar o código para ganhar cobertura e, no processo, “emplacar” o *frame* alternativo.

Dessa forma, as intervenções ativistas na mídia comercial destinam-se a atingir um público que vai muito além daquele visado na chamada mídia alternativa. Os protestos dos movimentos por justiça global (MJG)³ são emblemáticos dessa estratégia midiática, inaugurada em Seattle, em 1999, chegando a Gênova, em 2001 e nas edições do Fórum Social Mundial.

Essas manifestações foram organizadas tendo também como suporte de ação estratégica a sua própria mídia. Esse segundo aspecto da relação mídia e movimentos sociais tem sido pouco explorado pelos pesquisadores, que se restringem à constatação da existência dessa mídia como uma “mídia do bem” que se desenvolve em oposição à “mídia dos poderosos”.

Aparentemente a necessidade de entrar na agenda – sem o que resta aos movimentos sociais a marginalidade – “treinou” os ativistas para a produção da sua própria mídia – a mídia ativista – e, com isso, os critérios de noticiabilidade já fazem parte de sua prática informativa. Tendo entendido que o “preço” da entrada na esfera pública é valer-se do *frame* noticioso, a mídia ativista contém muita das convenções da mídia padrão.

John Downing (2002) prefere o termo “radical” a alternativo, justamente por entender que este termo mais oculta do que revela; é mais firme naquilo que exclui – a mídia comercial – do que naquilo que significa. Mídia radical está implicada na própria existência dos movimentos sociais, na raiz que os define e orienta. Portanto, na definição do autor, ela expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e expectativas hegemônicas. Coloca-se contra a pauta dos poderes instituídos e seu papel é manter viva a visão de como as coisas poderiam ser. Seu público é ativo, embora se circunscreva à ação dos movimentos sociais.

É muito difícil diferenciar a mídia radical da não radical e daquela aparentemente radical. Essas experiências podem ter orientações progressistas ou reacionárias, democráticas ou racistas e, às vezes, esses opostos convivem. Para Downing, muitas vezes, essa mídia se atrapalha com a profundidade de seu radicalismo, se colocando na situação do “ou isto ou aquilo”, comprometendo sua intenção democrática.

³ A designação “antiglobalização” foi cunhada pela mídia e é recusada pelos ativistas, que ora se autodenominam anticapitalistas, altermundistas, anti-neoliberalitas, dependendo do contexto de interpretação.

Apresenta vários formatos, não quebram todas as regras, é uma mídia de pequena escala, com conteúdo às vezes atraente, outras entediante, repleto de jargões, alarmantes, ou inteligentes. Colocam-se dois propósitos: expressar verticalmente uma oposição às estruturas de poder e obter horizontalmente apoio para uma rede de relações⁴.

Downing procura mostrar que, ao mesmo tempo em que esta ou aquela orientação ideológica buscava uma forma mais democrática de comunicação, a produção da informação apresentava os mesmos vícios que os ativistas criticavam na sua mídia opositora: supressão de informação, censura e visão parcial (atribuindo a si o monopólio da crítica, por exemplo), sempre adequada aos objetivos políticos do grupo. Além desses, adicionavam-se problemas gerados pela falta de profissionalismo, como o improvisado e a imediação, resultando numa comunicação de gueto.

Então, se a mídia ativista procede de forma semelhante à mídia convencional, *alternativa* não parece ser um adjetivo adequado. A oposição pura e simples não a torna diferente, mas apenas se coloca de outro lado. Uma chave possível para enfrentar o dilema pode ser a idéia de *frame*. A um *frame* estabelecido como natural se opõe um *frame* adversário, que desafia a organização do mundo daquele. Por isso a proposta de entender essa prática como mídia *ativista* (e seus produtores como ativistas de mídia), pois são os ativistas que empreendem tal trabalho de *re-frame*.

Se a prática da mídia alternativa teve seu papel em outros momentos, neste é preciso considerar outros fatores que influenciam a comunicação dos movimentos sociais. Um desses fatores é o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs), que incide diretamente sobre os processos de sociabilidade contemporâneos e, portanto, sobre a forma de expressão dos sujeitos e atores coletivos. Os movimentos por justiça global (MJG), por exemplo, fazem das campanhas transnacionais, veiculadas nas redes de movimentos na internet, sua marca distintiva. Sua mídia ativista é a internet.

MÍDIA ATIVISTA

⁴ Essas características enumeradas pelo autor são resultado de uma vasta pesquisa sobre diferentes experiências de mídia ativista, como a do jornal português República e da Rádio Renascença, durante a ditadura franquista; a do jornal italiano Il Manifesto e das rádios Popolare e Alice; da televisão comunitária nos Estados Unidos, bem como das rádios Berkeley e KPFA; e ainda o *samizdat*, na antiga União Soviética.

Se a mídia dos movimentos sociais apresenta essas características, o que dizer da internet como veículo ativista? O que dizer do ciberativismo? É ele alternativo? Gustavo Lins Ribeiro (2002) coloca mais uma questão: como a internet altera as práticas políticas dos atores coletivos? Para ele, o ciberespaço representa um domínio adicional de contestação, sendo a internet a base tecnológica que abre a possibilidade do surgimento de uma “comunidade transnacional imaginada-virtual”.

Ao invés de falta de informação, o que se tem é uma superabundância dela. A oferta supera a capacidade de processá-la, ocorrendo o que autores como Ramonet (1999) chamam de “censura democrática” ou “biombo de poder”, diferentemente da censura autoritária, que restringe e proíbe. Ao invés do *black out*, tem-se o *white out*, o que exige dos ativistas a definição clara de suas agendas.

E definir claramente as agendas depende do reconhecimento do adversário. Como na política contemporânea, esse adversário não se encontra em *bunkers*, ele é construído simbolicamente no que Ryan chama de *frame contests*. Daí que a expressão de Ribeiro “comunidade transnacional imaginada-virtual” sugere que a internet se constitui, para os ciberativistas, como uma comunidade que é imaginada, tanto quanto seus adversários. Segundo ele, o testemunho à distância leva ao ativismo (também à distância). Dessa forma, a internet amplia a esfera pública e a ação política, sem, contudo, substituir outras formas de relacionamento.

Portanto, não é a Internet que cria um provável “movimento social transnacional”, como sugerem algumas avaliações⁵. Essa ressalva é endossada por Rousiley Maia (2002), que reconhece que as TICs facilitam o armazenamento e circulação, agilizam as buscas, mas não determinam o procedimento de interação comunicativa nem garantem a reflexão crítico-racional. Portanto, se haverá ou não o debate, é algo que não pode ser decidido *a priori*, pois ele é mais que uma pluralidade de vozes. Em outros termos, há imensa oferta de informação, mas não necessária nem automaticamente isso implica em comunicação. Embora a internet abra a possibilidade para

⁵ Algumas análises supervalorizam o ambiente da Internet para a democratização da comunicação. Moraes (2002) entende que a possibilidade de transmitir as reivindicações se dá sem “os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia” e também permite “driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem...”. Na mesma direção, Lévy (1996, p. 203) afirma que “o ciberespaço é justamente uma *alternativa* para as mídias de massa clássicas. [...] encoraja uma troca recíproca e comunitária enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (grifo meu).

uma interatividade não observada nos outros veículos de comunicação e seja possível entendê-la como um espaço em que todos podem falar, não é verdade que todos são ouvidos.

Para os movimentos, a internet não é nem um meio externo – de *broadcasting* como a televisão, o rádio e os jornais – nem um meio interno – responsável somente pela produção de *newsletters*. Ela é ao mesmo tempo um meio interno e externo e não apenas uma ferramenta, mas também um alvo de protesto e dissenso. Por essa razão, seu uso pelos ativistas não faz dela apenas uma “mídia alternativa”, onde é possível difundir suas visões, mas um espaço híbrido no qual atuam ativistas e jornalistas da mídia comercial.

Em virtude disso, embora os ativistas preguem o livre fluxo de informação, alguns meios de organizá-la e canalizá-la são necessários para evitar o *white out*, o que implica na necessidade de uma centralização, contrariando os desejos de uma comunicação “livre”. Conflitos sobre o que publicar ou não também existem, portanto, na cibercomunicação.

Segundo Rucht (2004), a mídia convencional continua a ser a principal fonte de informação para não mobilizados. A internet é útil para quem já está habilitado a procurar informação nela. Por isso não está claro se a internet é igualmente efetiva para a mobilização política como é para a reunião de informações. Também não há um controle de qualidade dessas informações. Se todos podem falar, fica difícil separar o joio do trigo, o que afeta a confiança nas informações veiculadas na rede.

A interatividade – a maior vantagem da internet segundo as apologias – não é tecnicamente viável para o *host*, que precisaria designar uma pessoa disponível em tempo integral para organizar a comunicação em tempo real. Mais uma vez, a necessidade de organização frustra algumas esperanças em fazer da internet um espaço livre de restrições à comunicação.

Como a internet é um meio impessoal, os encontros ainda são importantes para reativar a confiança mútua. Por isso, os movimentos sociais continuam promovendo encontros para troca de informações e manifestações *in loco*, porque os protestos eletrônicos não repercutem na audiência nem nos alvos institucionais. Os ciberataques são pouco efetivos ou menos do que uma repercussão na mídia. Ou seja, o ciberativismo não se sustenta por si só.

Mesmo com essas ressalvas, não é possível ignorar que a internet, para os movimentos por justiça global, representa um espaço importante de conhecimento e

reconhecimento dos próprios atores, do escopo da ação coletiva e do fortalecimento dos nós das redes. Pouco compreendido, esse espaço de ativismo político mostra, ainda que de forma incipiente, que transformações na ação coletiva estão ocorrendo, que o que entendíamos por movimentos sociais talvez precise de uma revisão, que os processos midiáticos são mais centrais do que se supunha, e que as tecnologias da informação contribuem para alterações nos modos de comunicação. Cabe aos pesquisadores investigar o alcance dessas transformações.

Então como atuam os movimentos por justiça global hoje, cuja presença na internet tornou-se sua marca? Para Tamara Ford e Genève Gil⁶, há um aspecto interessante no ciberativismo. Segundo elas, tradicionalmente os ativistas de mídia atuaram com repórteres ou documentaristas, mediando as notícias. Através das redes eletrônicas, eles passam a também se expressar diretamente, o que torna as fronteiras entre ativistas e profissionais de mídia cada vez mais indistintas. É justamente esse aspecto que este texto pretende explorar, procurando também mostrar algumas características dessa mídia ativista que se desenvolve na internet.

O que se sabe é que a internet é um grande facilitador. É um engano considerá-la simplesmente como um dado, e que o único desafio é fazer uso efetivo dela. “A net não é a chave para uma estratégia ‘alternativa’ que permite aos movimentos sociais se tornar independentes da mídia convencional” (Rucht, 2004). Embora o autor não acredite que a internet afete as relações de poder existentes, o ciberativismo, mesmo circunscrito aos seus próprios quadros, vem se constituindo como força política importante, na medida em que se tornam fontes de informação para os *mainstream media*.

Mas o adjetivo “alternativa” quando associado à mídia deve ser entendido mais como uma declaração de “guerra” (e neste caso guerra informacional) e menos como uma proposta absolutamente inovadora. A mídia alternativa não é livre da disputa pelo poder, da supressão de informação, de censura e não atinge, portanto, a pureza das suas premissas. Ela é sim de oposição, adversária e desafiadora do *frame* estabelecido. Mas ela é ainda mídia.

JORNATIVISMO

A atuação dos ativistas de mídia na internet permite arriscar algumas considerações,

⁶ Capítulo intitulado “A internet radical”, inserido em Downing (2002), *op. cit.*, p. 269-307.

ainda preliminares. O crescimento da participação de jornalistas em movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades de diferentes naturezas, na condição de ativistas políticos evidencia que não se trata apenas de mais um campo de trabalho para profissionais, mas, talvez, de uma nova atuação que contém, no mínimo, duas características: o empréstimo de um saber perito a organizações que necessitam introduzir suas demandas na pauta jornalística – uma necessidade na sociedade contemporânea – e, ao mesmo tempo, o questionamento dessa perícia, pela reformulação de alguns cânones da prática profissional.

Quando os atores coletivos se relacionam com a mídia, o fazem a partir da sua modalidade informativa, que é o jornalismo. Quando assimilam seu *frame*, estão assimilando sua perícia, no sentido conferido por Giddens (1991). O jornalismo “constitui-se como um sistema técnico legitimado socialmente, por ser realizado por profissionais reconhecidos e por se apresentar como uma linguagem e um modo de fazer definidos e institucionalizados” (Ferraz, 2000, p. 31).

A perícia jornalística está atrelada à linguagem, na medida em que seu código é reconhecido pelo leigo, que acredita na veracidade da informação. Ao jornalismo é atribuída a tarefa de relatar acontecimentos considerados importantes para o debate público. Nessa faculdade de seleção de importância também se deposita confiança. Espera-se que esse relato seja construído com objetividade (sem interferência do sujeito jornalista).

A objetividade garante a credibilidade, daí que o jornalismo precisa constantemente renovar a confiança de seus destinatários através de “provas de seriedade”. Pode-se sustentar que o imperativo da credibilidade é o seu mecanismo de confiança ativa. Por isso, a objetividade torna-se um ritual estratégico (Tuchman, 1993), na medida em que o jornalismo atribui a outros as declarações relativas aos fatos, isentando-se da responsabilidade de provar a veracidade da informação. Assim, a objetividade funciona como aspecto formal da notícia⁷.

Como sistema perito, o jornalismo também sofre crises de confiança. Se a ação coletiva assimila alguns critérios de noticiabilidade para concorrer em visibilidade no espaço

⁷ A discussão atual em torno da objetividade jornalística, já bastante desenvolvida pelas teorias da comunicação, não a concebe mais como característica intrínseca à notícia, mas como uma forma de apresentação, uma formalidade. Primeiramente associada a um estilo ideal de redação e/ou a uma exigência ética, tem sido muito questionada quanto à sua possibilidade. Não se trata mais de objetividade como “postura” do relato jornalístico, mas como sua marca estilística. Ver, por exemplo, a discussão de Tuchman (1993).

público, a perícia jornalística passa a não ser sua prerrogativa exclusiva, evidenciando o caráter contingente e aberto das relações dos leigos com os especialistas. E é justamente no trabalho de manutenção da credibilidade – mecanismo de ativação da confiança – que os atores coletivos obtêm êxito ao inserir sua mensagem na pauta jornalística.

Então o que dizer da perícia jornalística quando os critérios de noticiabilidade deixam de ser sua prerrogativa exclusiva? O exemplo dos protestos por justiça global é emblemático para ilustrar essa situação. De Seattle, em 1999, a Gênova, em 2001, o confronto entre manifestantes e policiais foi amplamente noticiado pela cobertura jornalística, cujas imagens captaram a dimensão espetacular das manifestações, sistematicamente ensaiadas pelos ativistas. Isso mostra que esses ativistas assimilaram a lógica midiática do espetáculo, numa estratégia para fazer-se ver e existir socialmente, conseqüentemente, legitimando-se para a negociação política.

Por considerarem esse “êxito midiático” insuficiente, uma vez que a mensagem dos movimentos sociais é comprometida pelas características da imagem a eles conferida, a internet passa a ser então considerada como o espaço por excelência de uma comunicação alternativa para os movimentos sociais.

Como esse discurso – de que a internet configura o “jardim do Éden” da comunicação – é assimilado pelos jornativistas, estes assumem a linguagem militante. Ao mesmo tempo, mantém a preocupação com o impacto da notícia, com o “furo” (na medida em que veiculam informações negligenciadas pela grande mídia) e reivindicam a posse da verdade, colocando o outro (“mídia burguesa”) como adversário político.

Assim, os ativistas de mídia se encontram num espaço de atuação intermediário entre a perícia e o engajamento. Atuam ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da imparcialidade, assumido claramente seu posicionamento. A essa prática híbrida ou combinada denominamos “jornativismo”.

“Jornativismo” é, assim, tanto o processo de intervenção ativista na mídia – pela adequação do protesto aos critérios de noticiabilidade para obter cobertura jornalística – quanto à produção própria de informação (ou contra-informação) – hoje bastante centralizada na internet. Pode ser pensada como um campo específico e privilegiado da ação política dos atores coletivos contemporâneos. E isso parece estar criando um espaço adicional para as disputas políticas

contemporâneas.

O JORNATIVISMO DO CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE

O Centro de Mídia Independente, ou Indymedia, é o veículo de comunicação dos MJG. Surgiu no mesmo momento em que a convergência foi notada pela imprensa internacional em Seattle, 1999. É o emblema desses movimentos que têm nos CMI's um sustentáculo importante. Para os protestos, os ativistas de mídia que já atuavam para suas organizações se reuniram para criar o Indymedia, que na ocasião publicou o impresso "The Blind Spot" e o primeiro *website*.

O CMI se apresenta como um coletivo formado por centenas de jornalistas que oferecem cobertura "não corporativa e de base"⁸, através de um processo democrático que visa a contar a verdade de forma "radical, precisa e apaixonada". Há um grupo que coordena a página internacional (www.indymedia.org) e questões técnicas e de política editorial.

A principal meta do Indymedia é "habilitar as pessoas para que se 'tornem mídia'", ou seja, facilitar a proliferação de centros de mídia independente por todo o mundo, de modo que possam oferecer informações "honestas e potentes", de modo a fazê-las perceber que podem ter o controle daqueles aspectos da vida que deixaram para "peritos" ou "profissionais".

A maioria dos ativistas pertence à rede dos MJG. No *website* internacional reconhecem essa pertença e recusam o rótulo "antiglobalização" porque ele não representa a realidade do movimento. O termo foi cunhado pela imprensa em Seattle em razão dos protestos serem contra as organizações que defendem o livre comércio como queda das fronteiras econômicas entre nações⁹. É pelo Indymedia que "justiça global" passa a designar a convergência dessa rede porque, segundo os ativistas, no lugar de "*free trade*", reivindicam "*fair trade*", que beneficie a todos e não só às corporações. Não se trata, portanto, de oposição à globalização dos recursos, mas a um tipo de expansão da globalização econômica. Assim, o projeto Indymedia se coloca como a possibilidade de prestar contas (*accountability*) sobre o que se passa no mundo, forçando assim os

⁸ *Grassroots*, no original. <http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>. Neste documento, encontram-se também as informações sobre origem, objetivos, linha editorial, dinâmica de trabalho, etc. Acesso em 14 de agosto de 2005.

⁹ Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e G8

adversários a fazer o mesmo.

A coordenação do processo de postagem de informações é realizada por um grupo, através de listas de e-mails, a maneira que o coletivo encontrou para democratizar as decisões e abrir espaço para discussão. Assim, há listas para organização dos sumários das atividades desenvolvidas nos CMI's locais, para propostas, para discutir a estrutura do CMI, para a política editorial, para melhorar a comunicação entre os CMI's locais e a coordenação internacional, para questões técnicas, para a criação de uma publicação impressa, para a equipe de tradução, para organizar as finanças, para decidir sobre o *web design* e uma para selecionar as notícias que vão para a coluna central da *home page*.

O *website* trabalha com o princípio da publicação aberta, a pedra de toque do projeto, que permite aos jornalistas independentes publicar notícias instantaneamente num espaço globalmente acessível. O CMI encoraja a postagem de artigos, análises e informações. “Qualquer pessoa” pode mandar material de qualquer computador conectado à internet, bastando para isso clicar no link “*publish*”.

Uma equipe é responsável por receber esse material e se compromete a não editá-lo. Porém há sessões com notícias editadas e os envios do “público” são direcionados para uma sessão especial (*NewsWire*)¹⁰. A equipe se restringe a evitar postagens duplicadas, mensagens comerciais e “outras postagens que não se ajustam à linha editorial”. Não ficam claros os critérios para julgar o que é incluído e o que acontece com o material rejeitado.

Ao clicar “*Post your news*”, na coluna esquerda da página inicial, outra página se abre com as instruções para postagem. É solicitado um título, com a recomendação de que seja claro e tenha sentido e um resumo, que é uma introdução curta com as principais informações do artigo. Aconselha a não repetir esse parágrafo no texto principal. Esse procedimento é jornalístico, o qual orienta a não redundar a chamada no *lead*.

A postagem pode ser anônima, atribuída a um pseudônimo ou assinada. É preciso se ajustar a um dos tópicos oferecidos (como nas editorias dos jornais): liberdades civis, comércio, eleições, imperialismo e guerra, corporações, migrações, clima, social, trabalho, biotecnologia e Indymedia. É possível ainda solicitar inclusão de outras mídias, como vídeo, áudio e imagens

¹⁰ No website do CMI Brasil (www.midiaindependente.org) essa sessão se intitula “arquivos escondidos”.

fotográficas.

Se o texto postado tratar de uma questão local, ele é redirecionado para o CMI local, pois assim, segundo os coordenadores, ele terá mais chances de ser lido. Para a página internacional é preciso que o texto tenha “relevância internacional”, outro critério que não fica claro nas instruções. Aqueles textos que entram nesta categoria vão para a coluna central da página inicial.

A cobertura não é orientada por uma pauta. Cada jornalista ou grupo de mídia decide o que cobrir. É uma “mídia independente” também por esse motivo. Mas embora se procure dar espaço para diferentes visões políticas, o *frame* que organiza as informações é “de esquerda”, definido como postura contrária às políticas das agências multilaterais e preocupação com a distribuição justa das riquezas materiais e culturais.

Os jornalistas que trabalham para o Indymedia se definem também como ativistas. Embora assumam que todo repórter tem tendências políticas impossíveis de neutralizar (nem assim desejam), afirmam que ter um ponto de vista não os livra da obrigação de oferecer notícias verídicas, precisas e honestas. Para garantir isso, os CMI's têm políticas explícitas para impedir que os repórteres participem em ações diretas no exercício do trabalho.

De qualquer maneira, os textos do CMI são notícias na forma e no conteúdo. A estrutura dos títulos, a apresentação dos textos, sempre acompanhados de fotos, a preocupação com a precisão da informação são características do jornalismo padrão adaptado aos critérios de noticiabilidade ativistas. São eles que evidenciam o *frame* jornativista, pela definição da hierarquia de importância das sessões/editoriais. O texto não é uma convocatória.

A página inicial traz as chamadas para as notícias de relevância internacional. São textos curtos, na grande maioria das vezes acompanhados de fotos. O texto completo é acessado via hipertexto. Geralmente o produtor da notícia é um CMI local. Assim, além do conteúdo da notícia, a chamada conduz também para *websites* relacionados, como os das organizações envolvidas e eventuais campanhas em andamento.

A coluna direita reserva espaço para o anúncio dos eventos que ganharão cobertura e para as notícias da publicação aberta, com as últimas postagens e acesso para arquivo. A coluna esquerda é destinada aos *links* para os CMI's locais (177 entre países e cidades). Dessa forma, a estrutura do Indymedia se assemelha à de uma agência de notícias.

Os textos do Indymedia são curtos, rápidos e objetivos. A palavra “precisão” (*accuracy*) aparece várias vezes, o que mostra a preocupação e um certo rigor com a informação, a mesma formalmente exigida num jornalismo padrão.

Os *links* que faz o *website* permitem visualizar algumas coisas. O Indymedia oferece vários deles em todas as notícias, além de estruturar as matérias e ampliar a cobertura pelo recurso do hipertexto. Ele é fundamental para seu jornativismo. É essa a particularidade da internet em relação às outras mídias. Isso permite visualizar as redes e, embora não prove o relacionamento entre os coletivos, indica as formas básicas de aliança.

Jornativismo, assim, configura essa prática de noticiar os acontecimentos relativos às lutas e temas dos MJG. É uma estratégia de luta diferente da tradicional comunicação alternativa, baseada na recusa de qualquer referência à mídia comercial. A independência está relacionada com o compromisso com uma causa e na luta contra o adversário que utiliza a mesma arma: a mobilização da opinião pública.

O que se pode dizer é que quando esses ativistas combinam uma linguagem referencial, como a jornalística, assimilam junto com ela a legitimidade da sua perícia. Mas ao apropriá-la através de outros *keyings* (ajustes) constróem uma outra prática, que não é meramente panfletária nem unicamente informativa. A noção de jornativismo abrange a dimensão *informativa* da linguagem – como oferta de informações negligenciadas pela mídia – e também a sua intenção *formativa* – como mobilização e construção de uma unidade de luta política.

A ATUAÇÃO DO CMI-GOIÂNIA NO CASO DO PARQUE OESTE INDUSTRIAL

O Centro de Mídia Independente – Goiânia teve um papel fundamental para a cobertura e divulgação dos fatos ocorridos na desocupação do Residencial Sonho Real, situado no setor Parque Oeste Industrial, durante o mês de fevereiro de 2005, na cidade de Goiânia. Os trabalhos realizados pelo coletivo em Goiânia antecedem os acontecimentos da desocupação. Por meio de informativos impressos – ‘CMI na Rua’ e o ‘Folha Livre’ – o coletivo passou a informar a situação dos moradores da área àqueles que se dispunham a acompanhar o caso. Durante a preparação da operação de desocupação, alguns ativistas já se colocaram à disposição para cobrir os acontecimentos dentro da ocupação, noticiando pelo *website* na Internet fotos e matérias que

ECO-Pós, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p. 100-122.

abordavam o dia-a-dia de um conflito que se desenrolava para uma tragédia¹¹.

Durante a efetiva ação de desocupação da área pela polícia militar do Estado de Goiás, vários ativistas do CMI¹² se mantiveram ao lado dos moradores e prestaram solidariedade aos ocupantes do Sonho Real¹³. Após a desocupação, os moradores foram transferidos para dois ginásios de esporte na cidade de Goiânia, e o CMI atualizava todos os fatos ocorridos nestes dias – as condições higiênicas, os óbitos decorrentes da falta de assistência médica e de saúde nos dias subsequentes à desocupação.

O CMI se destacou como o principal divulgador das notícias e descasos com os sem-teto, prestando assessoria e organizando frentes de apoio ao movimento. Todo o material produzido pelo coletivo foi e está disponibilizado no *website* do Centro de Mídia Independente e o seu acesso segue a política do Copyleft, onde todo o material digitalizado e disponibilizado em links pode ser acessado, copiado e distribuído livremente, sem qualquer restrição de direitos autorais – para isso utiliza Softwares Livres, arquivos com extensões de publicação livre e pública desde que citada a fonte e o autor para fins não-comerciais.

Os primeiros editoriais do CMI sobre o caso do Parque Oeste datam do início do mês de fevereiro de 2005, antes das primeiras operações de desocupação da área. Os veículos de comunicação da grande mídia também já noticiavam sobre a questão que se desenrolava, mantendo em pauta as últimas decisões judiciais e dos escalões políticos locais, enquanto o que era noticiado pelo CMI local fazia uma oposição frente às notícias veiculadas nos jornais. Assim, pode-se verificar na chamada “Análise: Luta por moradia e o papel da mídia em Goiás”, datada do dia 04 de fevereiro daquele ano, uma das primeiras postagens no *website* do CMI. Nesta matéria, um voluntário, estudante de jornalismo e ativista do CMI, escreve “A mídia corporativa tem sido uma

¹¹ As ações da Polícia Militar do Estado de Goiás se dividiram em dois momentos: um primeiro, chamado de “Operação Inquietação”, em que as sirenes das viaturas ficavam ligadas e tiros eram disparados pelos policiais para inquietar os moradores no intuito de cansá-los até desistirem da resistência, e um segundo, o da própria invasão policial na ocupação Sonho Real, chamado “Operação Triunfo”.

¹² Dentre os ativistas do CMI encontrava-se um voluntário do coletivo do CMI de Nova York, que participou ativamente na ação do coletivo-Goiânia durante a desocupação, de acordo com as informações dos outros integrantes do coletivo. Este ativista relatou suas experiências na página do coletivo de São Francisco-EUA. Disponível em <http://www.sf.indymedia.org/news/2005/02/1711159.php>. **Raid on the dream, NYC IMC**, 17 de fevereiro de 2005. Acessado em 23 de outubro de 2005.

¹³ Em um ato de desobediência civil à ordem da Polícia Militar do Estado de Goiás, que criou um cinturão de isolamento da área ocupada proibindo a aproximação de civis, inclusive qualquer órgão da imprensa, os ativistas do Centro de Mídia Independente fizeram a cobertura de dentro da ocupação. Tiveram como produto um vídeo documentário da desocupação, imagens que denunciam o abuso da violência policial e os depoimentos dos moradores no momento da desocupação.

das principais armas do poder instituído e dos senhores da especulação imobiliária. Em Goiás isso vem concretizando cotidianamente”. Segue-se neste mesmo texto:

(...) Os jornais locais têm buscado abertamente difundir a incessante busca de criminalização dos movimentos sociais demandada pelo poder público local com o interesse de minar a resistência à repressão estatal e aos senhores coronelistas goianos. (...)

Toda esta realidade, ou realidades, parece não ter a mínima importância para a imprensa corporativa, que deve seguir à risca a pauta elaborada pelo setor financeiro da redação. Desagradar os grandes empresários e os grandes anunciantes estatais jamais. Esse é um lema bastante comum e corriqueiro em qualquer ambiente da mídia corporativa.

A cobertura da TV também têm sido um festival de horrores. Nada mais vemos que um enorme desfile de patentes e engravatados, anunciando a mais nova resolução do conflito com uma super mega operação. Ou seja, sempre mais do mesmo. O mesmo sorriso encerado dos apresentadores e apresentadoras que não vêm a hora do término do programa para irem à academia ou a seus luxuosos lares com seus carros quase sempre importados.

Esta é mais uma prova da necessidade de invertermos a lógica da descrição dos ocorridos e partirmos realmente para uma mídia livre das amarras dos senhores do capital e do Estado, quase sempre os mesmos. Aí entram as Rádios Livres e Comunitárias e projetos como o Centro de Mídia Independente. É preciso romper com a barreira moral e simbólica presente na nossa construção cotidiana, onde a mídia ainda é tida como porta-voz da verdade, da descrição objetiva dos fatos. Isso não se materializa assim e nunca se materializará, pois estamos em um ambiente objetivo comum que é composto por uma infinidade de subjetividades, de peculiaridades e singularidades. A forma de ver o mundo de um acampado não é a mesma de uma jornalista filha da classe média que sonha com a ascensão.¹⁴

Fica clara aqui a oposição e a delimitação do inimigo comum: a imprensa corporativa. Logo abaixo dessa matéria, onde se encontram os comentários dos leitores, encontra-se o de outro estudante, no qual indaga “Como estudante de jornalismo, eu temo o seu desejo de acabar com o jornalismo profissional. Não numa defesa da minha categoria, mas por não saber o que viria em seu lugar. Isso que vocês fazem?”. Isso de certo modo representa as múltiplas expressões do trabalho dos ativistas do CMI-Goiânia e os debates que se dão em torno da função social deste ‘jornativista’ comprometido com a justiça social.

¹⁴ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306389.shtml>. Acessado em 19/03/2006.

A partir deste momento as coberturas se tornam mais freqüentes e os materiais se tornam mais descritivos da situação vivida pelos ocupantes do Parque Oeste Industrial. E com isso, também há a contrapartida dos ‘jornais estabelecidos’ frente à credibilidade que vai tomando o CMI na publicação diária dos fatos ocorridos e formação da opinião pública na capital. Assim, um dos jornais locais publica:

O Centro de Mídia Independente (CMI) é o principal órgão divulgador de boatos e fatos inverídicos sobre a desocupação do Residencial Sonho Real. O Diário da Manhã teve acesso a documentos confidenciais da polícia que mostram a distorção de fatos e promoção de histórias absurdas através do www.midiaindependente.org.

No site, a organização divulga boatos diversos, alguns até macabros, como de corpos enterrados na ocupação. Também afirma que “setores da esquerda em Goiás estão dando ajuda financeira ao movimento dos sem-teto e até material humano para resistência”.

Além do uso da internet, o CMI distribui panfletos e prega cartazes em postes e muros sobre o assunto, fato que só aumentou a tensão entre os moradores da invasão e a própria polícia. O Centro de Mídia também conclama a população a apoiar a causa e divulgar as tais “atrocidades”¹⁵.

A participação dos ativistas foi se acirrando cada vez mais na medida em que ganhavam respaldo do movimento dos sem-teto, e da opinião pública goianiense, e se tornou, nos meses seguintes à desocupação, o principal veículo noticiador do descaso com as famílias retiradas da área. Isso tornou o coletivo foco de atenção de vários setores esquerdistas e de movimentos sociais locais que se interessaram pela forma de mobilização e ativismo do grupo: a Internet.

Os materiais produzidos e disponibilizados pelo CMI Goiânia servem de base para o Dossiê sobre a violação dos direitos humanos entregue ao então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, e para a avaliação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, estabelecida logo após a desocupação. O vídeo documentário – “Sonho Real: uma história de luta e moradia” (60 min) – foi utilizado em várias dinâmicas e espaços, incluindo temas de aulas em colégios de ensino médio e em disciplinas acadêmicas¹⁶, e festivais nacionais de cinema. Isso demonstra o alcance e importância que o CMI conquistou, não se restringindo às redes de outros movimentos, mas

¹⁵ **Boatos pela Internet**, Diário da Manhã, 19 de fevereiro de 2005. Acessado em 24/07/2006.

¹⁶ O vídeo tem sido utilizado em disciplinas do Mestrado em Filosofia e Doutorado em Direito na UnB. Fonte: Lista de discussão do CMI-Goiânia, correio eletrônico de mabatalha@gmail.com.

disseminando-se na “teia de movimentos” (Alvarez, Dagnino, Escobar, 2000; Scherer-Warren, 2005).

A ação do CMI se desdobrou além do impacto local, se articulando no mesmo período com os coletivos de diversas cidades do Brasil, os outros coletivos internacionais por meio da difusão de informações pela Internet¹⁷. O novo tipo de ação política que se apresenta com o CMI – “política cibercultural” (Ribeiro, 2000) - permite que novos eventos se espalhem e aconteçam instantaneamente, catalisando a mudança social, por meio do ciberativismo e o “testemunho à distância” (Ribeiro, 2000), com forte capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos reais, expansão da esfera pública e ação política através do mundo virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade da informação, a publicidade dos discursos políticos assume uma dimensão performática. Isso não significa que a política tenha perdido consistência, mas que seus agentes, ciosos da importância da sua imagem pública, precisam, para atuar eficazmente nesta esfera, de uma certa competência comunicativa.

Hoje, a capacidade de resposta se tornou muito limitada, tecnicamente complexa, formalmente burocratizada e socialmente seletiva e a performance da comunicação passou a se estabelecer com base em recursos perlocutórios (exteriores ao processo comunicacional). Os meios de comunicação têm papel crucial nesta mudança: a opinião pública contemporânea é também uma opinião midiática (Esteves, 2003).

Por isso a mobilização da opinião pública hoje depende irremediavelmente do contrato com os meios de comunicação, agentes principais do que Lattman-Weltman (2003) chama de mercado dos discursos públicos, termômetro da democracia cuja qualificação se dá pelo processo de *accountability*, termo que se refere à prestação de contas, à responsabilidade pública das pessoas

¹⁷ Seguem-se alguns links para acessar manifestos, imagens e listas de discussões de outros coletivos internacionais que de alguma forma solidarizaram com o caso do Sonho Real na época da cobertura do CMI-Goiânia: *Violent eviction of 3,000 families in Brasil* - <http://publish.indymedia.org/en/2005/02/819773.shtml>; *Solidarity Protest at the Brazilian embassy in Washington, DC on March 4, 2005* - <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/03/309469.shtml>; *Indymedia Norge (Noruega)* - <http://www.indymedia.no/newswire/display/18381/index.php>; *Solidariteitsactie voor landkrakers Brazilië: Indymedia Nederland (Holanda)* - <http://indymedia.nl/nl/2005/03/25485.shtml>; *Escrache a la embajada brasileira* - <http://argentina.indymedia.org/news/2005/03/271628.php>; *Depoimento do ativista Brad CMI – São Francisco (EUA)* - <http://sf.indymedia.org/news/2005/02/1711159.php>.

públicas.

Segundo o autor, mobilizar a opinião é também legitimar as estratégias de conduta política ou as intervenções na estrutura institucional democrática. Assim, considera tão ou mais importante que o desempenho “real” das instituições a percepção desse desempenho e do compromisso dos mandatários com os interesses dos representados.

Nesta acepção, os representados são consumidores de informação ou, como prefere o autor, investidores do mercado de discursos públicos. O “investimento” depende da capacidade de se fazer ouvir ou repercutir as versões de seu interesse. A formação da opinião pública depende então da potencialização retórica de grupos sociais, os quais promovem, midiaticamente, a *accountability*.

Nesse sentido, é que a desocupação do Residencial Sonho Real, situado no setor Parque Oeste Industrial, durante o mês de fevereiro de 2005, na cidade de Goiânia, mostra exemplarmente o *frame contest* entre ativistas e *mainstream media*. Mas mais do que isso, revela como a ação do CMI Goiânia não se restringiu a noticiar os acontecimentos negligenciados pelos seus adversários, mas também provocou desdobramentos que, na sua ausência, não teriam ocorrido.

É o que Rodrigues (1993) chama de ato perlocutório. Segundo o autor, ao relatar um acontecimento, a mídia produz ao mesmo tempo um novo acontecimento que vem integrar o mundo. Este acontecimento não é mera locução – não apenas transmite um conteúdo – mas um ato ilocutório – produz algo ao dizer.

Os atos ilocutórios não estão apenas sujeitos aos valores de verdade ou falsidade, de adequação ou de não adequação ao estado de coisas relatado; estão também subordinados aos valores inerentes à credibilidade e à sinceridade do locutor, à clareza ou obscuridade da exposição, à justeza dos juízos formulados, à coerência dos argumentos aduzidos, à capacidade para levar o(s) outros(s) à satisfação de um pedido, à resposta a uma pergunta, à aceitação da convicção, do reconhecimento ou do apreço, do conselho dado, do aviso, da saudação (Rodrigues, 1993, p. 31).

A notícia, no entanto, abrange outra gama de atos, os quais produzem outro estado de coisas pelo fato de “dizerem-se”. São enunciações performativas que realizam aquilo que enunciam pelo fato de o enunciarem. Não são puras constatações sujeitas à prova da verificação dos fatos. São os atos perlocutórios.

Assim, a cobertura jornalística da desocupação do Residencial Sonho Real revela que

o *frame contest* entre o CMI e a imprensa local provocou reorientações na ação tanto de um quanto de outro. As informações disponibilizadas pelo CMI no *website* antes e durante a desocupação serviram de referência para a imprensa, ainda que esta as utilizasse para confrontá-las. Enquanto o Diário da Manhã privilegiou as fontes oficiais e se restringiu a noticiar as decisões judiciais, o jornativismo do CMI procurou mostrar o acontecimento a partir de outras fontes: os sem-teto e eles mesmos.

E ainda que o desfecho “real” tenha sido a desocupação com violação dos direitos humanos, a percepção do conflito se desdobrou em ações como o dossiê entregue ao ministro da Justiça e o estabelecimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Dessa forma, o acontecimento não se encerra com a desocupação e mostra que a comunicação é fundamental para o desenho democrático do debate público.

Mais ainda, a internet parece criar um espaço adicional para as disputas políticas. O ativismo on-line do CMI é exemplar neste sentido. Ao noticiar os acontecimento segundo seus valores, esse jornativismo produz atos ilocutórios. Na medida em que essa cobertura tem repercussão política, produz atos perlocutórios, quando a ação extrapola os limites da internet e alcança outros espaços de decisões. Em síntese, o ciberativismo se apresenta como uma força política que não pode ser negligenciada por nenhum agente interessado no estabelecimento das regras coletivas, princípio primeiro da política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

DIAS, Renata. **As relações entre o político e o midiático na tematização do acontecimento**. Os movimentos de resistência global em mídias radicais, informativas e de organizações. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, Unisinos, 2005.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

- ESTEVEES, João Pissarra. *Opinião pública e democracia na sociedade da informação*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. 11 de junho de 2003. Disponível em www.bocc.ubi.pt.
- FERRAZ, Marcos A. S. **Jornalismo nos sindicatos**. Da prática à abstração da ação social. Dissertação. Mestrado em Sociologia das Organizações. Universidade Federal do Paraná, 2000.
- GAMSON, William. **The strategy of social protests** (1975). Belmont: Wadsworth, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. An essay on the organization of experience. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil*. In: ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. **Mídia e política no Brasil**. Jornalismo e ficção. São Paulo: Editora da FGV, 2003.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.
- MAIA, Rousiley. *Redes cívicas e internet. Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*. In: EISENBERG, José (org.) **Internet e política**. Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.
- MORAES, Denis de. *Comunicação virtual e cidadania* (2002). Disponível em www.saladeprensa.org/art156.htm . Acesso em 27 de abril de 2004.
- _____. *O ativismo digital* (2001). Disponível em www.bocc.ubi.pt. Acesso em 26 de abril de 2004.
- RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Política cibercultural*. Ativismo político à distância na comunidade imaginada-virtual. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte . *O acontecimento*. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

RUCHT, Dieter. *The Internet as a new opportunity for transnational protest groups*. Mimeo. Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Arbeitsgruppe Politische Öffentlichkeit und Mobilisierung, 2004.

RYAN, Charlotte. **Prime time activism**. Media strategies for grassroots organizing. Boston: south End Press, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério (orgs.). **Redes, sociedade e território**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **La producción de la noticia**. Estudios sobre la construcción de la realidade. Barcelona: G. Gilli Ediciones, 1983.

WEBSITES CONSULTADOS

[http://www.indymedia.org/;](http://www.indymedia.org/)

<http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>

<http://process.indymedia.org/>

<http://www.stopexxonmobil.org/>

<http://www.sf.indymedia.org/news/2005/02/1711159.php>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306389.shtml>

MANIFESTOS, IMAGENS E LISTAS DE DISCUSSÕES DE OUTROS COLETIVOS INTERNACIONAIS QUE DE ALGUMA FORMA SOLIDARIZARAM COM O SONHO REAL NA ÉPOCA DA COBERTURA DO CMI- GOIÂNIA:

<http://publish.indymedia.org/en/2005/02/819773.shtml>

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/03/309469.shtml>

<http://www.indymedia.no/newswire/display/18381/index.php>

<http://indymedia.nl/nl/2005/03/25485.shtml>

<http://argentina.indymedia.org/news/2005/03/271628.php>

<http://sf.indymedia.org/news/2005/02/1711159.php>

Abstract: The emergence of the Independent Media Center, in 1999, represents an important moment in political activism. Designed as a space to a more democratic communication, the IMC or Indymedia appears as an opponent of standard journalism, which is accused of being part of the project of neoliberal globalization, which opposes so-called global justice movements (or anti-globalists, anti-capitalist and anti-globalization). It offers coverage of the protests, combines militant language with the formal structure of journalism, which results in a practice that here is called "journactivism". The article tries to show how this language is strategically built, first to schedule the themes of the activists in the public sphere through the media standard, and second to establish itself as interlocutors in the political debate on globalization. We affirm that Indymedia communication not only produces an illocutionary act - take the matter to say so - but also produces a perlocutionary act - the stated cause changes in reality. An outbreak of homeless, in Goiania, shows how the action of Indymedia attended the orientation and outcome of a pullout.

Key-words: political activism, media, indymedia.

Resumen: La aparición del Centro de Medios Independientes, en 1999, representa un momento importante en el activismo político. Concebido como un espacio para una comunicación más democrática, el IMC o Indymedia aparece como un oponente de periodismo estándar, que es acusado de formar parte del proyecto de globalización neoliberal, que se oponen a los llamados movimientos de justicia global (o anti-globalización, anti-capitalistas y anti-globalización). Ofrece cobertura de las protestas, el lenguaje militante se combina con la estructura formal del periodismo, una práctica que dio lugar a lo llamado aquí "jornativismo". El artículo intenta mostrar cómo este lenguaje es estratégicamente construido la primera lista con los temas de los activistas en la esfera pública a través de la norma de los medios de comunicación, y en segundo lugar para establecerse como interlocutores en el debate político sobre la globalización. Afirmamos que la comunicación de Indymedia no sólo produce un acto ilocucionario - llevar el asunto a decir así -, pero también produce un acto perlocutivo - los cambios en la realidad. Un brote de personas sin hogar, en Goiania, muestra cómo la acción de Indymedia asistieron a la orientación y los resultados de una retirada.

Palavras-clave: activismo político, medios de comunicación, Indymedia.

Submetido: 11/12/2009.

Aceito: 01/03/2010.

KELLY PRUDÊNCIO é doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Membro do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

MARCELO BATALHA é sociólogo e mestrando em Ciência Política na Universidade de Campinas.